



Termo de Referência - Assessoria jurídica em direitos territoriais indígenas no Amazonas

Manaus - Am, 05 de maio de 2025

Consultoria: Assessoria Jurídica em direitos territoriais indígenas no Amazonas

Divisão: Programa das Américas, Região Andes-Amazônia-Orinoco, Programa Brasil

Projeto: Proteção de ecossistemas florestais e aquáticos no estado do Amazonas

Prazo de candidatura: 09/05/2025

1. Contextualização e justificativa do trabalho

A Wildlife Conservation Society (WCS) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1895 que atua na conservação da vida silvestre e paisagens naturais em mais de 60 países de 14 regiões do mundo. Suas ações são baseadas na ciência, na educação e na busca de inspirar a sociedade a valorizar os recursos naturais.

A WCS está organizada em um conjunto de programas regionais que compartilham estratégias comuns de conservação ambiental. O Programa Andes-Amazônia-Orinoco (AAO) é composto pelos programas nacionais do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

A WCS Brasil é uma organização brasileira sem fins lucrativos, fundada em 2004, cuja missão é promover a conservação participativa e colaborativa de territórios chave e da biodiversidade, em parceria com povos indígenas e comunidades locais, através de ações baseadas na ciência intercultural e com geração de benefícios para o planeta.

A atuação da WCS Brasil está fortemente associada a necessidades variadas de planejar, executar e avaliar ações de comunicação com distintos escopos, conteúdos e objetivos.

2. Visão Geral do Programa Brasil

A WCS Brasil é uma organização brasileira sem fins lucrativos fundada em 2004. Desde sua fundação, nos concentramos em esforços de conservação, com especial foco no bioma Amazônia, no estado do Amazonas, coração da Bacia Amazônica e o maior estado do Brasil (157 milhões de hectares). A WCS Brasil busca fortalecer a conservação através do apoio à consolidação de áreas protegidas ao manejo sustentável de recursos naturais e do suporte à governança em escala de paisagem para evitar o desmatamento, a fragmentação e a degradação dos ecossistemas naturais da região.

3. Justificativa da contratação

O Acordo de Cooperação celebrado entre a Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (APIAM) e a Wildlife Conservation Society – Brasil, busca promover a iniciativa de proteção e regularização fundiária de terras indígenas no Amazonas, desenvolvido pela APIAM com apoio da WCS, com o objetivo de fortalecer a luta pelo direito à terra e territórios indígenas através da consolidação de uma base de dados robusta e confiável sobre a situação fundiária das Terras Indígenas no estado.



A APIAM é uma organização da sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que reúne organizações indígenas regionais e segmentos indígenas do estado do Amazonas, sendo o resultado de anos de esforços e lutas contínuas dos povos indígenas do Amazonas, incluindo lideranças, mulheres, jovens, professores e agentes de saúde indígena. A entidade atua com 17 sub-regionais, 14 Organizações Indígenas Regionais e três Segmentos Estaduais Indígenas, abrangendo 66 povos que falam 53 línguas diferentes. Esses povos habitam o estado do Amazonas, com uma população aproximada de 490 mil pessoas, conforme o Censo do IBGE de 2022. As 179 terras indígenas representam 30% do território do estado do Amazonas. A missão da APIAM é lutar pelos direitos e pela defesa dos povos indígenas do Amazonas.

O Amazonas concentra 98,75% das Terras Indígenas regularizadas no Brasil, representando aproximadamente 14% do território nacional, com cerca de 48 milhões de hectares. Atualmente, existem aproximadamente 349 Terras Indígenas no estado em diferentes situações: 28 em Estudo GT Funai, 2 Delimitadas, 11 Declaradas, 134 Regularizadas e 174 Reivindicadas (pedidos de demarcação).

Mesmo entre as terras regularizadas, muitas enfrentam problemas como invasões, desmatamento, garimpo ilegal e pressão para exploração econômica. Esses fatores, combinados com a falta de dados atualizados e consolidados, comprometem o planejamento e a implementação de políticas públicas efetivas para a proteção e gestão sustentável desses territórios.

Este projeto busca fortalecer a luta pelo direito à terra através da qualificação das informações sobre as Terras Indígenas, facilitando a articulação entre povos indígenas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil. O projeto faz parte de uma iniciativa institucional maior que visa consolidar estratégias para a proteção territorial e ambiental, bem como a regularização fundiária das Terras Indígenas no Amazonas.

4. Objetivo da consultoria

Fornecer assessoria especializada em direitos territoriais indígenas, apoiar processos de regularização fundiária e contribuir para o avanço das demarcações das Terras Indígenas no Amazonas.

A função é exercida sob supervisão direta da Especialista em Articulação com Povos Indígenas da WCS Brasil e da coordenadora executiva da APIAM no âmbito da Cooperação com a WCS.

5. Atividades previstas

- 5.1 Prestar assessoria jurídica especializada às organizações indígenas sobre questões fundiárias e demarcatórias;
- 5.2 Analisar a situação jurídica das Terras Indígenas reivindicadas e em processo demarcatório no Amazonas;
- 5.3 Elaborar pareceres jurídicos sobre os processos demarcatórios em andamento;
- 5.4 Identificar e propor estratégias jurídicas para avançar nos processos de regularização fundiária;
- 5.5 Auxiliar na formulação de estratégias de incidência junto aos órgãos competentes;
- 5.6 Subsidiar juridicamente as reuniões e mobilizações com órgãos governamentais;
- 5.7 Desenvolver instrumentos jurídicos para proteção territorial indígena;



- 5.8 Apoiar na capacitação de monitores indígenas sobre aspectos legais da demarcação;
- 5.9 Contribuir para a elaboração do relatório consolidado com recomendações para ações de regularização fundiária;
- 5.10 Participar de reuniões estratégicas com organizações indígenas e parceiros institucionais;
- 5.11 Auxiliar na articulação com o Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União quando necessário;
- 5.12 Acompanhar processos judiciais e administrativos relacionados às áreas em estudo;
- 5.13 Respeitar e cumprir as salvaguardas, políticas institucionais e procedimentos da organização e parceiros.

6. Produtos a serem entregues pelo consultor

Produto 1: *Relatório de atividades* contendo sistematização das atividades desenvolvidas no primeiro mês de trabalho, número de documentos analisados e natureza dos documentos, assessoria e recomendações jurídicas.

Produto 2: *Relatório parcial* deverá conter a análise da situação jurídica das Terras Indígenas reivindicadas e em processo demarcatório no Amazonas, levantamento de alternativas para avançar a regularização fundiária e estratégias possíveis.

Produto 3: *Relatório técnico final* deverá conter as atividades realizadas no âmbito da consultoria e consolidar os dados importantes e recomendações para ações de regularização fundiária.

7. Período do trabalho

As atividades deverão ser executadas durante um período de três meses. Qualquer prorrogação deste prazo deverá ser concedida e aprovada previamente, por escrito, de comum acordo entre as partes contratada e contratante, sem custo adicional ao contratante.

8. Cronograma de execução

Atividades / Produtos	Prazos
	2025
Assinatura de contrato dos consultores	Maio
Reuniões de articulação e levantamento de informações	Maio/ Junho
Prestar assessoria jurídica especializada	Maio/ Junho/ Julho
Elaboração do Relatório de atividades	Maio
Elaboração de Relatório parcial	Junho
Elaboração de Relatório técnico final	Julho

9. Condições de desembolso/ Valor total e Forma de pagamento

O pagamento será realizado por etapas, mediante a entrega e aprovação dos produtos parciais e final, conforme descrito acima:



Parcela	Condição de desembolso	Data de pagamento (prevista)	Pagamento por produto (R\$) % do valor total do contrato
I	Entrega do Produto 1 (Relatório de Atividades)	Após 20 dias da assinatura do contrato (01 de junho)	30%
II	Entrega do Produto 2 (Relatório parcial)	Após 50 dias da assinatura do contrato (01 de julho)	35%
III	Entrega do Produto 3 (Relatório técnico final)	Até 80 dias da assinatura do contrato (01 de agosto)	35%

10. Requisitos:

Mínimo:

- Formação superior em Direito, com inscrição regular na OAB;
- Especialização ou experiência comprovada em Direito Indigenista, Ambiental ou Direitos Humanos;
- Experiência em assessoria jurídica relacionada a direitos territoriais indígenas;
- Conhecimento aprofundado sobre legislação indigenista, processos demarcatórios e direitos territoriais;
- Experiência em análise de processos administrativos de demarcação de Terras Indígenas;
- Atuação comprovada em processos judiciais relacionados a direitos territoriais indígenas;
- Conhecimento sobre a legislação ambiental e sua intersecção com direitos indígenas

Desejável:

- Experiência com organizações indígenas.
- Ser indígena.

PROCESSO PARA CANDIDATURAS

Envie para o e-mail compras@wcs.org com cópia para amelgaco@wcs.org, inclua “Assessoria jurídica em direitos territoriais indígenas” no assunto do e-mail:

- 1) Currículo e descrição da experiência do postulante relacionada a cada um dos requisitos, de forma a permitir o cálculo da pontuação de acordo com a Tabela 1, e indicação de três referências profissionais.
- 2) Proposta financeira para essa consultoria (em reais)

Observação:

- a) Especificar o honorário solicitado para a realização dos serviços de consultoria e informar categoria de faturamento (MEI, simples nacional ou outros) e a classificação nacional de atividades econômicas (CNAE) associada à emissão da Nota Fiscal.

- b) O orçamento deve considerar a contratação de seguro de viagem para eventuais viagens a campo, com cobertura mínima de R\$200.000,00 para despesas médicas e hospitalares, incluindo evacuação médica em caso de emergência.

Anexo

Tabela 1 - Critérios de pontuação das propostas.

Componente	Medida	Pontos	Pontuação Máxima
Formação superior em Direito, com inscrição regular na OAB	Graduação	1	4
	Especialização	2	
	Mestrado	3	
	Doutorado	4	
Experiência comprovada em Direito Indigenista, Ambiental ou Direitos Humanos	Sem experiência	0	2
	Até 3 projetos	1	
	Mais de 3 projetos	2	
Experiência em assessoria jurídica relacionada a direitos territoriais indígenas	Sem experiência	0	2
	Até 3 projetos	1	
	Mais de 3 projetos	2	
Experiência em análise de processos administrativos de demarcação de Terras Indígenas	Sem experiência	0	1
	Com experiência	1	
Atuação comprovada em processos judiciais relacionados a direitos territoriais indígenas	Sem experiência	0	2
	Até 3 projetos	1	
	Mais de 3 projetos	2	
Experiência de trabalho em/com organizações indígenas	Sem experiência	0	1
	Com experiência	1	
Proposta Financeira	Acima do limite orçamentário	0	1
	Dentro do limite orçamentário	1	